



SENADO EM CRISE

Arruda confessa ter visto a lista de votação que cassou Luiz Estevão e diz que entregou-a ao ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães. Apesar das evidências, o senador baiano segue negando qualquer envolvimento no episódio

030

Agora é a vez de ACM

Olimpio Cruz Neto
Da equipe do Correio

Biaman Prado / Estado do Maranhão



ACM, EM SÃO LUÍS, ONDE PARTICIPAVA DE ENCONTRO DO PFL: "ARRUDA FALOU ALGUMAS VERDADES E OUTRAS MENTIRAS. NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA VOU ESTABELECEER TODA A VERDADE"

Uma situação política complicada e, aparentemente, insustentável. O ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) é um homem encurralado. Pelos fatos, por conversas, por uma fita e por dois depoimentos. Diante da confissão do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), de que realmente teve acesso à lista com os votos da sessão que cassou o mandato do ex-senador Luiz Estevão, ACM ficou em situação difícil.

Agora, além da ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado Regina Célia Peres Borges, que declarou ter violado o painel eletrônico para obter a lista a pedido de Arruda com anuência do próprio senador baiano, ele tem contra si o discurso do ex-líder do governo. O senador tucano disse que ACM soube como votaram os senadores ainda na tarde do dia 28 de junho de 2000.

Em São Luís, no Maranhão, onde estava reunido com a cúpula pefelista, o senador baiano reagiu ao discurso emocionado do tucano, ainda fiel ao seu estilo: "Não vi, não tive conhecimento e não tenho nenhuma lista de votação. O depoimento de Arruda não é exato. Não esperava que ele (Arruda) fosse fazer um discurso assim". Repetiu o que vem fazendo até agora. Negou. Negou que tivesse qualquer envolvimento ou participação no episódio da violação do painel eletrônico.

Fez a declaração ainda sob o impacto do que dissera Arruda. Agora, diante de tantas evidências, terá de mudar o discurso. Que, aliás, já começou a ganhar novas cores. Logo depois que recebeu a íntegra do pronunciamento de Arruda, encaminhado por fax por seu gabinete em Brasília, ACM mudou o tom: "Arruda falou algumas verdades e outras mentiras. Na próxima quinta-feira vou estabelecer toda a verdade".

E, estranhamente, afirmou que a quebra de sigilo pode ser encarada, "relativamente", como um caso de quebra de decoro parlamentar. "Se (o sigilo) foi aberto depois da votação, não influenciou no resultado", comentou. ACM chegou ontem às 20h30 em Brasília e foi direto para a casa, reunir-se com assessores para traçar uma nova estratégia. Ainda não está decidido se vai se pronunciar hoje, ou na quinta, perante o Conselho de Ética.

"NÃO VI, NÃO TIVE CONHECIMENTO E NÃO TENHO NENHUMA LISTA DE VOTAÇÃO. O DEPOIMENTO DE ARRUDA NÃO É EXATO. NÃO ESPERAVA QUE ELE (ARRUDA) FOSSE FAZER UM DISCURSO ASSIM"

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

LAUDO

Contra o senador baiano pesam alguns fatos relevantes. Foi ele próprio quem levantou as suspeitas sobre a quebra do sigilo na sessão que cassou o mandato de Estevão. Antes do carnaval, ainda em fevereiro, reunido com os procuradores da República Guilherme Schelb, Eliana Torelly e Luiz Francisco de Souza, ACM disse aos três, na sede da Procuradoria da República no Distrito Federal: "Lemos a lista. (A senadora) Heloísa Helena votou nele (Luiz Estevão). Eu tenho todos que votaram nele".

ACM fez a declaração tendo ao seu lado o assessor de imprensa Fernando César Mesquita, que chegou a interpellá-lo, pedindo que não tratasse desse assunto. Sob o risco de que Estevão pudesse contestar a votação, caso o assunto viesse a público. E veio. A conversa foi gravada por Luiz Francisco e publicada pela revista *IstoÉ*, ainda em fevereiro. Na semana passada, o teor do papo foi confirmado pela perícia técnica realizada pelo foneticista Ricar-

do Molina, da Universidade de Campinas (Unicamp).

Mas contra ACM existem outros fortes elementos. Um deles é o laudo preparado pela Unicamp, revelado ainda na semana passada, atestando que houve mesmo a violação do painel. Foi este mesmo laudo que levou Regina Borges a confessar, na segunda-feira passada, perante a comissão de inquérito instalada no Senado para apurar o caso, ter determinado aos funcionários do Prodasen a execução do serviço. "Cumprida uma ordem", confirmou Regina ao Conselho de Ética, na quinta-feira. Ordem que teria sido dada por Arruda.

MENOS TRAUMÁTICO

Outro ponto que precisa ser

do senador tucano disse que não determinou a quebra do sigilo. Apenas teria indagado a então diretora do Prodasen se era possível ter acesso aos votos dos senadores. De qualquer forma, a essa altura dos acontecimentos, os senadores sabem que ela cumpriu mesmo a tarefa.

explicado por Antonio Carlos é a conversa que manteve com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Na semana passada, antes do depoimento de Regina ao Conselho de Ética, o líder do PT disse que, logo após a cassação de Estevão, encontrou-se com ACM. Ainda na presidência do Senado, o todo-poderoso senador baiano, um dos principais articuladores políticos pró-cassação de Estevão, disse que Heloísa Helena teria votado pela manutenção do mandato do senador pelo PMDB-DF. "Sua líder não votou com a gente", disse a Dutra, segundo o próprio relato do substituto de Heloísa na liderança do PT. De acordo com Arruda, que também manteve contatos com o petista na época, a declaração de Dutra ao Conselho de Ética foi verdadeira. O baiano ainda não confirmou o relato.

Diante da ameaça de ser cassado, Antonio Carlos trata de manter sua posição inabalável. Sequer trabalha com essa hipótese. "Não tenho medo de ser cassado e sei que não serei cassado", declarou o ex-presidente do Senado, ainda em São

Luís. Seu staff político só trabalha com a hipótese do senador ter seu mandato suspenso. Apela para um desfecho menos traumático. Acreditam que a Resolução 20 do Senado, que alterou parte do Regimento Interno da Casa, permitirá tratar o episódio com moderação. O dispositivo prevê que a revelação do resultado de uma votação secreta só pode resultar, como punição a senadores envolvidos em casos dessa natureza, na suspensão do mandato.

Logo após o discurso de Arruda, que foi atentamente acompanhado no gabinete de ACM, seus assessores e pelo menos dois advogados, entre eles o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Vicente Cernicchiaro, reuniram-se a portas fechadas para examinar o depoimento do senador tucano. Um dos maiores advogados na área penal do país — chegou a coordenar os debates sobre a reforma do Código Penal a pedido do governo —, Cernicchiaro buscou brechas para apontar uma boa linha de argumentação para a defesa de Antonio Carlos.

031